

Corpos entre telas: Psicodrama decolonial, gênero e sexualidade

Elisa Melo^{1*} , Danielle Adelino¹ , Tici Jardim Pimenta² 

RESUMO

Este relato de experiência analisa o Grupo de Estudos Experiências e Vivências Sexuais e de Gênero, criado em 2025 na Saúde Mental Camarada, como dispositivo psicodramático decolonial, transfuncional e virtual. A materialidade analítica compreende escolhas metodológicas, estratégias de intervenção, manejos e processamento reflexivo da codireção, sem análise de dados individuais. Oito encontros são discutidos como cenas analisadoras da articulação entre a formação política, o gênero, a sexualidade e a saúde mental. A experiência permite examinar possibilidades e limites dos métodos de ação em ambiente virtual, mobilizar a noção de vínculos insurgentes e formular a ideia de revoluções mínimas como operadores interpretativos. Concluiu-se que grupos formativos podem favorecer a desprivatização do sofrimento sem se converterem em psicoterapia.

PALAVRAS-CHAVE: Psicodrama; Processos grupais; Gênero; Decolonialidade.

Bodies between screens: Decolonial psychodrama, gender, and sexuality

ABSTRACT

This experience report analyzes the Grupo de Estudos Experiências e Vivências Sexuais e de Gênero, created in 2025 within Saúde Mental Camarada, as a decolonial, transfunctional, and virtual psychodramatic device. Its analytical material comprises methodological choices, intervention strategies, group management, and the codirectors' reflective processing, but it does not analyze individual data. Eight meetings are treated as analytical scenes that articulate political education, gender, sexuality, and mental health. The experience makes it possible to examine the possibilities and limitations of action methods in virtual settings, mobilizes the notion of insurgent bonds, and formulates minimal revolutions as interpretive operators. It concludes that educational groups can foster the deprivatization of suffering without becoming psychotherapy.

KEYWORDS: Psychodrama; Group processes; Gender; Decoloniality.

Cuerpos entre pantallas: Psicodrama decolonial, género y sexualidad

RESUMEN

Este relato de experiencia analiza el Grupo de Estudos Experiências e Vivências Sexuais e de Gênero (GEEVisGe), desarrollado en 2025 en *Saúde Mental Camarada*, como un dispositivo psicodramático decolonial, transfuncional y virtual. La materialidad analítica comprende elecciones metodológicas, estrategias de intervención, manejos y el procesamiento reflexivo de la codirección, sin analizar datos individuales. Ocho encuentros se presentan como escenas de análisis de la articulación entre la formación política, el género, la sexualidad y la salud mental. La experiencia permite examinar las posibilidades y los límites de los métodos de acción en entornos virtuales, movilizar la noción de vínculos insurgentes y formular revoluciones mínimas como operadores interpretativos. Se concluye que los grupos formativos pueden favorecer la desprivatización del sufrimiento sin convertirse en psicoterapia.

PALABRAS CLAVE: Psicodrama; Procesos grupales; Género; Decolonialidad.

1. Universidade Cruzeiro do Sul  – Faculdade de Psicologia – São Paulo (SP), Brasil.

2. Universidade de Franca  – Faculdade de Psicologia – São Paulo (SP), Brasil.

*Autora correspondente: elisa.melo0904@gmail.com

Recebido: 3 jul. 2026 | Aceito: 7 ago. 2026

Editora de seção: Laura Vomero 

INTRODUÇÃO

O sofrimento contemporâneo costuma ser interpretado como um problema individual, um déficit emocional ou uma falha de adaptação. Ansiedade, exaustão, desalento, medo, impotência e inadequação aparecem como questões privadas, a serem manejadas por meio de estratégias de autocuidado, produtividade ou desempenho, contudo tais experiências expressam modos históricos de organização da vida, do trabalho, dos vínculos e do reconhecimento. Em diálogo com Fisher (2009), compreende-se que o sofrimento socialmente produzido tende a ser interpretado como falha privada sob a racionalidade neoliberal. Fanon (2008), por sua vez, acrescenta que esse processo não se distribui de maneira homogênea, pois a alienação, o sofrimento e o reconhecimento são atravessados por estruturas coloniais e raciais que atribuem, de forma diferencial, humanidade, legibilidade e possibilidade de fala aos sujeitos.

Este relato analisa a experiência do Grupo de Estudos Experiências e Vivências Sexuais e de Gênero (GEEVisGe), criado em 2025 no âmbito da Saúde Mental Camarada (Sameca), organização leninista-marxista dedicada à articulação entre saúde mental, formação política, produção de conhecimento e construção coletiva de condições de trabalho e de cuidado mais dignas. No interior da Sameca, a Unidade TransFuncional (UniTrans), composta das autoras deste texto e responsável pela elaboração e codireção de práticas psicodramáticas, concebeu o GEEVisGe como uma de suas ações formativas e grupais. Em vez de tratar tais questões como conteúdos exclusivamente teóricos, buscou-se criar um espaço virtual de estudo, de vínculo e de elaboração coletiva sobre gênero, sexualidade, corpo e saúde mental.

A literatura psicodramática brasileira tem discutido a ampliação dos métodos de ação para ambientes *online*, a construção de vínculos mediados por telas e as práticas críticas voltadas às experiências LGBTQIAP+ e raciais (Nery, 2021; Vidal & Castro, 2021; Vomero & Nery, 2024; Zakabi, 2014). Também se observam esforços recentes para a formulação de um psicodrama decolonial e de práticas coletivas de resistência e aquilombamento (Malaquias, 2025; Ribeiro, 2023, 2024). Em diálogo com esse conjunto de discussões, outras pesquisas têm problematizado a patologização das experiências transexuais e dissidentes, os pressupostos normativos dos saberes *psi* e a produção *cuir* de conhecimentos que recusam a universalização de epistemologias coloniais (Cunha, 2016; Favero, 2020; Sousa et al., 2024). Entretanto, na literatura mobilizada neste artigo, são menos frequentes as experiências que articulam grupo virtual, formação política em uma organização revolucionária, gênero, sexualidade e codireção psicodramática. Compartilhar o GEEVisGe mostra-se relevante por permitir analisar essa articulação situada, seus manejos e as possibilidades analíticas abertas pela experiência.

A proposta é discutir o GEEVisGe como um dispositivo psicodramático decolonial e transfuncional, realizado em modalidade virtual, no encontro entre práticas psicodramáticas, formação política e disputas contemporâneas em torno de gênero e sexualidade. A dimensão digital não é tomada como tema formativo do grupo, mas como condição material que reorganiza a presença, a participação, o vínculo, o aquecimento e o manejo. Neste artigo, a perspectiva decolonial é tomada conforme as formulações de Ribeiro (2023, 2024) para o campo psicodramático, como crítica às hierarquias, aos epistemicídios e aos pressupostos universalizantes que atravessam a produção de saberes e a legibilidade dos corpos.

A discussão toma como horizonte teórico-político a pergunta: o que acontece quando o psicodrama encontra uma organização política revolucionária? Essa pergunta orienta a análise sobre como tal encontro pode produzir condições grupais para problematizar normas de gênero, experiências sexuais, sofrimento social e formas de legibilidade dos corpos, em diálogo com a questão dos corpos que habitam mundos e dos mundos que habitam corpos. Como experiência concreta, tem-se a criação do GEEVisGe no interior da Sameca, que resultou na criação de uma prática grupal voltada às experiências sexuais e de gênero.

O objetivo geral foi analisar como o GEEVisGe articulou psicodrama, formação política, gênero e sexualidade em ambiente virtual, considerando seus princípios metodológicos, seus manejos de codireção e as possibilidades analíticas abertas pela experiência. Especificamente, buscou-se descrever a relação entre Sameca, UniTrans e GEEVisGe e a organização dos encontros; discutir como os eixos temáticos atuaram como cenas analisadoras; e refletir sobre as contribuições e os limites da experiência para práticas psicodramáticas grupais, formativas e políticas.

Metodologicamente, o manuscrito assume a forma de um relato de experiência profissional e institucional, entendido como modalidade própria de produção de conhecimento nas ciências humanas e fundamentado na elaboração crítico-reflexiva de uma prática situada, não em sua simples reprodução descritiva (Daltro & Faria, 2019). Sua materialidade analítica é constituída das escolhas metodológicas, dos manejos, das estratégias de intervenção e da elaboração reflexiva da codireção realizada pelas autoras, integrantes da UniTrans. Não se pretendeu reconstituir os encontros nem produzir resultados generalizáveis, mas sim analisar como a própria prática permitiu interrogar as relações entre psicodrama, gênero, sexualidade, formação política e ambiente virtual.

Do ponto de vista ético, o manuscrito não decorre de um projeto de pesquisa previamente concebido com participantes, de coleta de dados ou de produção sistemática de informações individuais. Trata-se do aprofundamento teórico-crítico de situações que emergiram espontânea e contingencialmente de uma prática profissional e institucional, conforme o art. 1º, parágrafo único, inciso VII, da Resolução do Conselho Nacional de Saúde n. 510/2016 (Brasil, 2016). A análise concentrou-se nas escolhas, nos manejos e nas reflexões produzidas pelas autoras em sua atuação na codireção. Não são apresentados nomes, falas literais, cenas individualizadas, imagens, transcrições, prontuários, dados sensíveis ou informações que permitam identificar, direta ou indiretamente, as pessoas participantes.

Essa delimitação permite distinguir uma experiência profissional que envolve pessoas da realização de uma pesquisa previamente concebida com participantes, que abrange coleta de dados e procedimentos investigativos. Tal distinção é relevante para a compreensão dos relatos de experiência como modalidade de produção de conhecimento fundada na elaboração teórico-crítica de práticas situadas (Daltro & Faria, 2019), sem que toda experiência profissional envolvendo coletivos seja automaticamente convertida em pesquisa empírica com seres humanos. Nessa perspectiva, o aprofundamento de situações emergentes da prática pode contribuir para a produção de saberes no campo psicodramático, desde que sejam explicitados seus limites, sua materialidade analítica e os cuidados éticos adotados.

O artigo está organizado em três seções. A primeira articula a crítica à privatização do sofrimento a uma perspectiva psicodramática decolonial. A segunda apresenta a Sameca, a UniTrans e o GEEVisGe, detalhando a finalidade do grupo, sua organização, seus princípios metodológicos e suas estratégias de intervenção. A terceira analisa os eixos temáticos, a materialidade da cena virtual, a mobilização dos vínculos insurgentes e a formulação das revoluções mínimas por meio da experiência. Por fim, as considerações finais discutem os limites e as contribuições da experiência para o campo psicodramático.

DA PRIVATIZAÇÃO DO SOFRIMENTO À CENA PSICODRAMÁTICA DECOLONIAL

Por que experiências grupais se tornam politicamente relevantes em um contexto de privatização do sofrimento? Essa pergunta orienta a inflexão teórica deste relato, pois permite deslocar o GEEVisGe de uma leitura descritiva para a compreensão psicodramática, social e política de sua função.

Para Fisher (2009), o realismo capitalista não apenas naturaliza o capitalismo como horizonte inevitável, mas também limita a capacidade de imaginar outras formas de vida e de interpretar coletivamente o mal-estar. A precarização pode ser vivida como incompetência, e a exaustão, como fracasso emocional, produzindo isolamento e enfraquecendo a inteligibilidade política dos sofrimentos compartilhados.

Por sua vez, neste artigo Fanon (2008) não é mobilizado como autor decolonial nem com a pretensão de se reconstruir sua crítica psicanalítica. Sua contribuição específica ao presente relato reside em mostrar que sofrimento e alienação se constituem em um mundo colonial que distribui de forma desigual a humanidade, a corporeidade e a possibilidade de fala entre sujeitos brancos e negros. A experiência colonial não incide de fora sobre uma subjetividade previamente constituída: atravessa a linguagem, a imagem corporal, o desejo e as possibilidades de reconhecimento. Essa leitura impede, portanto, que a privatização neoliberal do sofrimento seja compreendida como um processo homogêneo ou exclusivamente econômico.

Essa articulação permite problematizar práticas clínicas, formativas e grupais que, ao não interrogarem as condições sociais, raciais, coloniais, econômicas nem normativas do sofrimento, podem reforçar a adaptação a realidades adoecedoras.

Neste artigo, a articulação entre Fanon (2008) e Fisher (2009) convoca as práticas psicodramáticas a não confundirem cuidado com ajustamento, escuta com neutralidade ou sofrimento com falha privada.

Do legado moreniano, este relato retoma a perspectiva segundo a qual qualquer projeto terapêutico deve ter como horizonte toda a humanidade (Moreno, 2018). Ao enfatizar espontaneidade, criatividade, encontro, grupo e ação, a tradição moreniana desloca a ideia de sujeito como uma unidade isolada: a existência constitui-se em redes vinculares, cenas e papéis. Se o sofrimento é produzido em relações, sua elaboração também as exige; se a alienação fragmenta vínculos, a transformação passa pela reconstrução de experiências coletivas.

A dimensão grupal é decisiva, porque a desprivatização do sofrimento não se dá apenas pela substituição de uma interpretação individual por uma explicação social. Ela exige uma cena na qual experiências singulares possam entrar em relação, encontrar ressonâncias e produzir uma linguagem comum. O grupo não elimina a singularidade da dor, mas modifica suas condições de inteligibilidade: aquilo que era vivido isoladamente pode ser situado em vínculos, instituições, normas e condições históricas compartilhadas. Assim sendo, a espontaneidade-criatividade não corresponde a uma exigência de desempenho ou adaptação bem-sucedida. Pode operar como capacidade de produzir respostas diante de situações cristalizadas e de interromper, ainda que parcialmente, papéis e interpretações naturalizados. É nesse sentido que Vieira (2017) a aproxima de uma via de resistência aos poderes vigentes.

Esses deslocamentos vinculares e subjetivos não eliminam as condições econômicas, institucionais, raciais nem normativas que produzem o sofrimento. Podem, contudo, ampliar a capacidade coletiva de nomeá-las, analisá-las e enfrentá-las. A potência política da cena grupal não reside em substituir transformações estruturais, mas em contribuir para a produção de sujeitos e vínculos capazes de imaginá-las e sustentá-las.

Em diálogo com Ribeiro (2023, 2024), uma perspectiva decolonial no psicodrama não nega a radicalidade histórica da obra moreniana nem de sua prática, marcadas pela crítica à psiquiatria, pela valorização dos grupos e pela aposta na espontaneidade-criatividade. Busca retomá-las diante de questões produzidas pelos contextos históricos que sucederam a sua obra, interrogando tanto os limites de legibilidade de seu tempo quanto os processos posteriores de institucionalização, embranquecimento e universalização cisgênera do psicodrama. Nessa perspectiva, de acordo com Ribeiro (2023, 2024), a decolonialidade é compreendida no interior do campo psicodramático como uma crítica às hierarquias coloniais, aos epistemicídios e aos pressupostos que universalizam determinadas experiências de corpo, de sujeito e de humanidade.

Descolonizar designa, neste relato, o movimento teórico-prático de interrogar essas hierarquias na produção de saberes, nos vínculos e na direção das cenas. Não se pretende realizar uma genealogia comparativa entre decolonialidade, pós-colonialismo e outras tradições, pois essa diferenciação não constitui o problema deste relato; importa explicitar quais efeitos a perspectiva adotada produz na prática psicodramática. Uma cena psicodramática decolonial não se define por uma técnica específica nem por um repertório fixo de temas, mas pelo modo como interroga as condições de aparecimento e protagonismo dos corpos. Ela pergunta quem pode falar, quem é escutado, quais experiências se tornam inteligíveis e quais normas permanecem invisíveis no próprio enquadre. Sua direção não pressupõe neutralidade: implica reconhecer que as unidades funcionais, as pessoas participantes, as teorias e os métodos ocupam posições situadas nas relações de poder.

Vomero e Malaquias (2025) aprofundam essa direção decolonial ao problematizar a captura neoliberal do fracasso, da produtividade e da adequação. Ao tomarem o fracasso como via de resistência, cuidado e expansão da espontaneidade-criatividade, as autoras permitem pensar práticas formativas e grupais que recusam a lógica da *performance*, da eficiência e da autossuperação permanente. Ademais, a *kizomba* psicodramática, discutida por Malaquias (2025), reforça esse horizonte ao evidenciar a potência de práticas coletivas de aquilombamento na produção de pertencimento, memória e resistência.

Nessa perspectiva se compreende a produção de vínculos insurgentes. Eles não se confundem com apoio afetivo genérico nem com identificação imediata. São insurgentes porque desobedecem à lógica que privatiza o sofrimento, culpabiliza os sujeitos e fragmenta as experiências comuns. Possibilitam que relatos singulares encontrem ressonância, que dúvidas circulem sem culpabilização e que experiências de violência, inadequação ou impasse sejam compreendidas em relação às normas historicamente produzidas.

Ao escolher o psicodrama como fundamento filosófico e metodológico de seus encontros, o GEEVisGe recusou usos instrumentalizados ou pretensamente neutros de seus recursos, bem como a redução do gênero e da sexualidade a meros conteúdos informativos. Sua aposta consistiu em construir cenas nas quais o sofrimento pudesse deixar de ser lido como falha privada para ser compreendido em suas determinações sociais, clínicas e políticas.

O GEEVISGE NA SAMECA: PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

A Sameca articula saúde mental, formação política, produção de conhecimento, militância e construção coletiva de condições de trabalho e de cuidado mais dignas. Não se trata apenas de uma organização de oferta de serviços em saúde mental, mas de um espaço político-institucional no qual esse assunto é pensado em relação. Nesse contexto surgiu o GEEVisGe, criado em 2025 como resposta a uma demanda que já atravessava diferentes espaços da organização: a recorrência de questões relativas a gênero, sexualidade, vínculos e normatividade nas supervisões, nos debates políticos e nas experiências cotidianas das pessoas associadas.

O GEEVisGe foi concebido e codirigido pela UniTrans, composta das autoras deste relato. A denominação dialoga com a noção psicodramática de unidade funcional, particularmente com a articulação entre direção e ego auxiliar em processos grupais (Haguiara-Cervellini et al., 2015), mas desloca-a para designar uma composição voltada à formação política, à produção de vínculos e à elaboração coletiva. *Transfuncional* não indica acúmulo produtivo de funções, mas o trânsito entre estudo, cuidado, militância, clínica e produção de conhecimento, sem que essas dimensões se reduzam umas às outras.

A codireção envolvia a preparação prévia dos encontros e a definição conjunta dos materiais, dos aquecimentos e das possibilidades de ação, sem a adoção de um roteiro rígido. Durante as atividades, as funções de condução, observação do campo grupal, acompanhamento do *chat* e apoio às intervenções eram distribuídas entre as integrantes da UniTrans. Após os encontros, as autoras processavam a codireção, retomando os manejos adotados, os impasses percebidos e os ajustes necessários para as atividades seguintes.

O grupo foi destinado às pessoas militantes da Sameca, associação leninista-marxista sem fins lucrativos que organiza profissionais da saúde com foco na saúde mental e reúne mais de 500 psicólogos, além de outros profissionais, como nutricionistas, fonoaudiólogos e profissionais de tecnologia da informação, distribuídos em 20 estados (Sameca, 2026).

Os encontros tinham duração aproximada de 2h30 e ocorreram na plataforma Google Meet. O grupo era aberto a todas as pessoas associadas à Sameca, sem necessidade de inscrição prévia: cada atividade era divulgada no canal de informes da organização, e as pessoas interessadas podiam acessar diretamente o encontro. A participação apresentou considerável rotatividade. O primeiro encontro reuniu mais de 25 pessoas, enquanto nos demais a presença variou, entre cinco e 15 participantes. Houve, contudo, um núcleo de três a cinco pessoas que participou de quase todo o percurso. A participação não exigia o compartilhamento de experiências pessoais, e foram estabelecidos combinados relativos à confidencialidade, ao respeito às diferenças, à liberdade de permanecer com a câmera desligada e à possibilidade de não interagir, por escrito ou verbalmente.

Em termos organizacionais, o GEEVisGe foi planejado para ocorrer ao longo de seis meses, com 12 encontros quinzenais, síncronos e virtuais. A experiência efetivamente realizada se estendeu de maio a setembro de 2025 e compreendeu oito encontros, os quais foram organizados em quatro eixos temáticos, cada um desenvolvido em dois encontros. Masculinidades organizou os encontros Masculinidades, em 22 de maio, e Masculinidade Hegemônica, em 5 de junho; Feminismos abrangeu Feminismos de Ontem e de Hoje, em 26 de junho, e O Feminismo é para Todes (?), em 10 de julho; Gênero e Psicopatologização compreendeu Gênero e Psicopatologia, em 31 de julho, e Psicopatologização e as Identidades, em 7 de agosto; e, por fim, em Amor, Relacionamentos e Monogamia foram desenvolvidos É Possível Amar no Capitalismo?, em 21 de agosto, e A Monogamia é Propriedade Privada (?), em 4 de setembro. Os eixos orientaram a escolha das referências, dos materiais e das propostas de aquecimento e de ação, sem, porém, funcionarem como blocos estanques, uma vez que seus problemas se entrelaçavam.

A estrutura dos encontros foi inspirada nos três momentos do psicodrama moreniano: aquecimento, ação e compartilhamento. Essa organização permitiu evitar que o grupo se reduzisse a uma aula expositiva ou a um debate puramente intelectual. O aquecimento era utilizado para construir presença, convocar experiências, mapear ressonâncias e preparar o grupo para a temática do dia. Podia ocorrer por meio de perguntas disparadoras, pequenas escritas, exercícios de imaginação, convites à memória, enquetes, comentários iniciais ou partilhas breves. Seu objetivo não era introduzir o tema, mas criar uma condição grupal mínima que favorecesse a constituição de uma cena grupal comum, ainda que mediada por telas.

O momento da ação assumiu formas variadas. Em alguns encontros, envolveu exposição dialogada de conceitos e referências; em outros, dramatizações breves, construção de cenas hipotéticas fundamentadas em situações clínicas, institucionais ou cotidianas, sem reprodução de casos identificáveis, e discussão de materiais audiovisuais. Assim, a ação abrangeu recursos capazes de deslocar o grupo do plano exclusivamente expositivo ou conceitual para uma zona de implicação. Quando as temáticas eram debatidas, não se propôs apenas definir conceitos, mas observar como as normas, os discursos e as relações discutidos atravessavam histórias familiares, práticas clínicas, experiências militantes, vínculos afetivos e modos de sofrer.

O compartilhamento, por sua vez, funcionava como um momento de elaboração e integração da experiência grupal. As pessoas participantes eram convidadas a comentar ressonâncias, deslocamentos, incômodos, reconhecimentos e dúvidas gerados ao longo do encontro. Esse momento buscou evitar que a cena se encerrasse na exposição ou no exercício, permitindo que a experiência fosse devolvida ao grupo como matéria comum. O compartilhamento também operava como cuidado ético-metodológico, pois oferecia condições para o reconhecimento de limites, o acolhimento de diferentes intensidades de participação e a passagem entre a discussão teórica e a elaboração coletiva.

Embora mobilizasse recursos psicodramáticos e pudesse promover acolhimento e elaboração, o GEEVisGe não tinha finalidade psicoterapêutica. Essa distinção é metodologicamente central. Conforme a distinção proposta por Perazzo (2012), o psicodrama clínico e o não clínico não se diferenciam apenas pela presença de ação, emoção ou possíveis efeitos terapêuticos, mas sim por sua finalidade e pelos limites de aprofundamento que orientam a direção. Enquanto o grupo clínico se organiza para o manejo terapêutico dos sofrimentos e pode aprofundar os papéis e as histórias de vida de seus integrantes, a intervenção não clínica ou socioeducacional se volta a objetivos previamente delimitados, ainda que possa produzir benefícios terapêuticos como efeitos secundários.

O GEEVisGe situou-se nesse campo não clínico. Não foi constituído para atendimento, acompanhamento psicoterapêutico, tratamento de demandas subjetivas nem aprofundamento das histórias individuais das pessoas participantes. Suas finalidades eram formativa e política: estudar gênero e sexualidade; problematizar papéis, normas, relações e conflitos coletivos; articular saúde mental e organização política; e criar condições para a elaboração compartilhada de experiências relacionadas às práticas militantes e profissionais. Seu caráter sociodramático decorreu, portanto, do foco em questões coletivas e supraindividuais, e não do fato de o grupo eventualmente produzir cuidado, acolhimento ou deslocamentos subjetivos.

A modalidade virtual não constituiu tema do percurso formativo; foi condição material para sua realização. Os encontros ocorreram por videoconferência e foram articulados com materiais na nuvem, aplicativos de mensagens e registros colaborativos. Câmeras abertas ou fechadas, falas, silêncios, *chat*, interrupções domésticas e instabilidades de conexão integraram o campo grupal e exigiram manejos próprios de aquecimento, participação e fechamento (Nery, 2021; Vidal & Castro, 2021).

Outro princípio metodológico foi a recusa da separação rígida entre teoria e experiência. Os conceitos não foram apresentados para posterior aplicação, mas sim como ferramentas para ler situações vividas, acompanhadas profissionalmente ou reconhecidas na militância e nas relações cotidianas. Os participantes não eram vistos como receptores passivos de conteúdos, mas como pessoas que traziam repertórios, dúvidas, impasses e leituras próprias. Cabia à UniTrans sustentar uma cena na qual esses saberes pudessem estabelecer relação com as referências mobilizadas, sem que as experiências fossem convertidas em objetos ou casos individuais (Ribeiro, 2023, 2024).

Nesse sentido, o GEEVisGe pode ser compreendido como um dispositivo psicodramático transfuncional, pois articulou diferentes camadas de intervenção: formativa, grupal, política, ética, profissional e institucional. No plano formativo,

organizou referências e debates sobre gênero e sexualidade. No plano grupal, organizou-se por meio de aquecimento, ação e compartilhamento. No plano político, vinculou o sofrimento e a normatividade às condições sociais de existência. No plano ético, propôs-se a não transformar relatos em dados individualizados. No plano profissional, possibilitou discutir impasses de escuta, cuidado e manejo, sem se converter em supervisão formal ou atendimento. No plano institucional, integrou-se à proposta da Sameca de articular a formação política, a produção de conhecimento e o cuidado.

Essa articulação não eliminou tensões. Ao contrário, parte da metodologia consistiu em sustentar tensões sem resolvê-las prematuramente. Como estudar gênero sem transformar experiências dissidentes em objeto? Como discutir sexualidade sem reduzir o tema à identidade ou à norma? Como mobilizar vivências sem provocar exposição indevida? Como sustentar cuidado sem converter o grupo em psicoterapia? Como promover formação política sem apagar ambivalências, dúvidas e conflitos? Essas perguntas acompanharam a experiência e serviram como critérios de manejo. A cada encontro, cabia à codireção manejar, em relação ao grupo, a intensidade das propostas, as formas de participação, o tempo, os limites de exposição, a elaboração e o fechamento.

Os limites do GEEVisGe também integram a experiência relatada. Dos 12 encontros planejados, oito foram realizados. A descontinuidade esteve ligada às próprias condições materiais da UniTrans, entre elas o cansaço, os conflitos de agenda e a sobreposição entre trabalho, militância e outras responsabilidades. Essa descontinuidade integra a materialidade da experiência e impede apresentá-la como um percurso ideal, contínuo ou linear. Sua explicitação permite pensar a construção de grupos não como a aplicação perfeita de um modelo, mas como uma prática concreta de sustentação possível em meio às contradições do presente.

A metodologia do GEEVisGe articulou a organização sociodramática, a codireção, o aquecimento, a ação, o compartilhamento, a exposição dialogada e os recursos próprios do ambiente virtual. Esses procedimentos foram mobilizados para transformar os temas de gênero e sexualidade em questões de análise coletiva, sem converter as experiências narradas em dados individuais nem o grupo em um dispositivo psicoterapêutico.

A seção seguinte discute como os quatro eixos temáticos atuaram como cenas analisadoras, bem como os impasses e as possibilidades emergentes da experiência da codireção.

CORPOS ENTRE TELAS: GÊNERO, SEXUALIDADE E VÍNCULOS INSURGENTES

A seção anterior apresentou os princípios metodológicos e as estratégias de intervenção do GEEVisGe, e esta seção discute as possibilidades analíticas abertas pela experiência, tomando seus temas como cenas analisadoras. A expressão não designa cenas individuais nem relatos identificáveis, mas operadores de elaboração da própria prática: temas, perguntas, impasses e ressonâncias percebidos e processados pela codireção. Por meio deles, foi possível interrogar como gênero, sexualidade, corpo, trabalho, clínica e saúde mental se articulavam no dispositivo construído. Os eixos foram tomados, portanto, como cenas analisadoras, pois colocaram em tensão as referências mobilizadas, as escolhas de manejo e as condições institucionais e políticas do grupo.

Uma escolha transversal aos quatro eixos foi deslocar gênero e sexualidade do plano exclusivamente informativo para uma abordagem experiencial e coletiva. Em vez de organizar os encontros em torno da transmissão de definições, a codireção buscou colocar os conceitos em relação a práticas profissionais, vínculos, instituições e formas socialmente produzidas de sofrimento. Essa escolha orientou os aquecimentos, a seleção de materiais e as perguntas formuladas ao longo do percurso.

A noção de conhecimentos situados de Haraway (1988) ajuda a compreender essa escolha metodológica: a codireção não buscava produzir uma leitura universal sobre gênero e sexualidade, mas sim colocar em relação perspectivas parciais, corporificadas e implicadas. A parcialidade funcionava como princípio de responsabilidade, uma vez que as referências não eram apresentadas como explicações totais dos fenômenos psicossociais, e as integrantes da UniTrans também eram compreendidas como participantes situadas na produção da cena.

Os dois encontros dedicados a Masculinidades foram organizados com base na decisão de não tratar a masculinidade como um atributo natural ou identidade individual, porém como um conjunto de papéis, expectativas e aprendizagens afetivas, corporais e políticas. Os materiais e as perguntas propostas buscaram relacionar a masculinidade hegemônica, a violência, o silenciamento emocional, a competição e a precarização dos vínculos. Para a codireção, esse eixo apresentou um impasse específico: problematizar os sofrimentos produzidos pela socialização masculina sem diluir a responsabilização pelas violências praticadas. Essa tensão também atravessava as práticas profissionais discutidas no grupo. Os manejos procuraram sustentar perguntas sobre escuta, nomeação da violência, responsabilização e reprodução de normas, sem converter os impasses clínicos em falhas individuais das pessoas profissionais. Como cena analisadora, o eixo levou a codireção a manejar o acolhimento e a responsabilização não como termos excludentes, reconhecendo que a própria prática clínica constitui relações sociais de poder.

O primeiro movimento do eixo Feminismos retomou diferentes momentos e disputas históricas dos feminismos; e o segundo baseou-se na pergunta “O feminismo é para todes (?)” para interrogar os limites de pertencimento, representação e aliança produzidos em torno da categoria *mulher*. O ponto de interrogação integrou o próprio manejo: não se buscava oferecer uma resposta definitiva, mas sustentar as tensões entre a necessidade política de categorias coletivas e os riscos de sua universalização. Para a codireção, esse eixo exigiu atenção especial à possibilidade de transformar experiências racializadas, transexuais, não binárias e atravessadas por classe em exemplos periféricos de uma narrativa centrada em um sujeito universal do feminismo.

Fanon (2008) compreende que a racialização distribui desigualmente a humanidade, a corporeidade, o reconhecimento e a possibilidade de fala. Ribeiro (2023, 2024), ao deslocar para o campo psicodramático a crítica às hierarquias coloniais, aos epistemicídios e aos pressupostos universalizantes, contribui para interrogar quais corpos e experiências se tornam legíveis nas teorias, nos vínculos e nas cenas. Em diálogo com Pimenta (2026) e com as perspectivas cuir discutidas por Sousa et al. (2024), as relações de gênero, sexualidade, racialização, classe e outros processos normativos não são compreendidas como categorias estanques, essencializadas ou simplesmente sobrepostas, mas como relações que se constituem mutuamente e organizam diferentes posições de autoridade, exposição, desejo, pertencimento e reconhecimento. Nessa perspectiva, a legibilidade dos corpos não pode ser explicada por um único marcador social. O gênero participa dessa produção em relação aos processos de racialização, de classe, de sexualidade e de outras normas que se constituem mutuamente.

No primeiro encontro de Gênero e Psicopatologização, a ênfase recaiu sobre as relações históricas entre gênero, sexualidade e categorias psicopatológicas. No segundo, o foco deslocou-se para os processos contemporâneos pelos quais identidades e experiências dissidentes podem ser convertidas em explicações totalizantes da desordem social e dos conflitos políticos atuais. As perguntas que orientaram a codireção foram: quando a diferença é tomada como sintoma? Em que situações o sofrimento de uma pessoa dissidente é atribuído à sua identidade, em vez de estar relacionado às violências que atravessam sua existência? Como reconhecer sofrimento psíquico sem restaurar a patologização dos corpos? Como evitar que a crítica aos diagnósticos se converta em deslegitimação do sofrimento ou em recusa de cuidado?

Diante dessas questões, o manejo buscou distinguir o reconhecimento do sofrimento psíquico da atribuição patológica à diferença, evitando tanto a naturalização diagnóstica quanto a negação abstrata dos recursos clínicos e institucionais de cuidado. Essa distinção aproxima-se das discussões de Favero (2020), para quem a despatologização ultrapassa a revisão de categorias diagnósticas e exige interrogar os próprios pressupostos que organizam os saberes *psi*. Em direção semelhante, Cunha (2016) propõe deslocar a atenção das identidades transexuais para as resistências produzidas pelos próprios discursos *psi*, mostrando que o problema não reside nas experiências dissidentes, mas nos regimes de inteligibilidade que as tomam como ameaça, desvio ou objeto privilegiado de patologização.

No eixo Amor, Relacionamentos e Monogamia, o encontro *É Possível Amar no Capitalismo?* mobilizou deliberadamente um jogo discursivo entre capitalismo e capeta, funcionando como aquecimento crítico para problematizar a ideia de que o amor existiria fora das relações econômicas, das normas de gênero e das formas sociais de propriedade. A pergunta “a monogamia é propriedade privada (?)”, do segundo encontro, não buscava definir todo vínculo monogâmico como opressivo,

mas interrogar como exclusividade, posse, legitimidade familiar, ciúme e dependência são historicamente organizados. Para a codireção, esse eixo exigiu cuidado para que a crítica às normas afetivas não se convertesse em prescrição de um modelo relacional supostamente mais livre ou politicamente superior. O manejo buscou sustentar a análise das condições históricas dos vínculos sem moralizar escolhas monogâmicas, não monogâmicas ou outras formas de organização afetiva.

A experiência digital do GEEVisGe foi mais do que uma mera condição logística: a cena grupal foi produzida por uma materialidade específica. Nery (2021) compreende que os métodos de ação *online* não são versões reduzidas da prática presencial, mas modos próprios de construir atos psicodramáticos. Vidal e Castro (2021), ao discutirem o vínculo psicodramático *online*, também contribuem para reconhecer que a mediação tecnológica não impede a vinculação, embora exija cuidado com o enquadre, a presença e o manejo. Essa configuração exigiu entender a presença para além da visibilidade plena. A codireção evitou interpretar as câmeras fechadas, as falas breves ou os silêncios como ausência ou desimplicação. Como esses sinais poderiam corresponder a diferentes condições (elaboração, cansaço, limites de exposição, dificuldades domésticas ou de conexão), o manejo não exigia visibilidade permanente como prova de participação. A materialidade virtual demandou, assim, uma leitura menos centrada na presença visual e mais atenta à pluralidade de formas de participação. Ao mesmo tempo, a baixa visibilidade restringia a leitura corporal e dificultava à codireção avaliar o aquecimento, o desconforto e a necessidade de fechamento, exigindo perguntas mais explícitas e maior cuidado no encerramento das propostas.

Os vínculos insurgentes funcionam, neste relato, como operador de interpretação da aposta metodológica do GEEVisGe. Ao organizar uma cena em que dúvidas profissionais, impasses afetivos e sofrimentos pudessem ser relacionados a normas e instituições, a UniTrans buscou interromper a responsabilização exclusivamente individual. Não se pode afirmar que essa passagem tenha ocorrido de forma homogênea ou duradoura entre as pessoas participantes; pode-se, contudo, reconhecer que os manejos foram orientados pela tentativa de deslocar as perguntas individualizantes para uma análise relacional e coletiva.

Vomero e Malaquias (2025), ao proporem a desobediência neoliberal como recusa às formas produtivistas de sucesso, desempenho e adaptação, contribuem para a compreensão desse movimento. No GEEVisGe, fracasso, dúvida, cansaço e impasse não precisavam ser superados imediatamente nem convertidos em aprendizado produtivo. Podiam ser sustentados como matéria de análise, como sinais de contradição e como pontos de partida para outras formas de vínculo. Nessa leitura da codireção, a organização grupal tornou possível ensaiar uma suspensão parcial da exigência neoliberal de responder rapidamente, de performar adequação e de resolver de maneira individual problemas coletivos. A *kizomba* psicodramática de Malaquias (2025) oferece uma referência para pensar a sustentação coletiva, a memória e a resistência, mas o GEEVisGe não é aqui equiparado a uma prática de aquilombamento. A aproximação reside na valorização de vínculos que recusam o isolamento e a deslegitimação, considerando as diferenças de contexto, composição e finalidade entre as experiências.

Pelo processamento da codireção, denominamos revoluções mínimas as possibilidades de deslocamento abertas pela própria estrutura da experiência. A expressão nomeia possibilidades situadas: a passagem de uma interpretação culpabilizante para uma pergunta sobre normas; a transformação de uma dúvida profissional individual em um problema compartilhado; a percepção de que determinadas formas de sofrimento não são naturais nem exclusivamente privadas; e a abertura de espaços de escuta em que não se exige resolução imediata. São possibilidades mínimas porque não alteram, por si mesmas, as estruturas que produzem o sofrimento; são chamadas de revolucionárias, pois ensaiam interrupções locais nos modos como essas estruturas se tornam naturais e habitam os corpos.

O alcance analítico deste relato se limita à elaboração da própria prática: à construção de um repertório metodológico para articular formação e métodos de ação; à identificação de impasses da codireção; à formulação dos eixos como cenas analisadoras; à experimentação de formas de participação no ambiente virtual; e à mobilização da noção de vínculos insurgentes e à formulação de revoluções mínimas como operadores interpretativos da experiência. Não se pretende inferir mudanças comportamentais, transformações subjetivas duradouras ou efeitos homogêneos entre as pessoas participantes. No plano observável da dinâmica dos encontros, houve circulação de perguntas, materiais e temas entre as atividades, o que orientou os ajustes teórico-práticos realizados pela codireção.

A experiência permaneceu atravessada por limites de continuidade, de participação, de tempo, de cansaço e de mediação tecnológica. Esses limites não são externos à análise; mostram que a construção de espaços coletivos também depende das condições materiais de quem os sustenta. O GEEVisGe não oferece um modelo replicável nem permite afirmar efeitos generalizáveis. Sua contribuição reside em tornar analisável uma tentativa situada de articular psicodrama, formação política, gênero e sexualidade e de explicitar as escolhas, tensões e limites envolvidos nessa articulação. É neste sentido que a experiência permite retomar a pergunta inicial: quando o psicodrama encontra uma organização política revolucionária, não deixa de ser psicodrama nem se converte automaticamente em ação revolucionária, entretanto cria condições para cenas em que as relações entre sofrimento, normas e vida coletiva possam tornar-se objeto de elaboração comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pergunta que orientou este relato foi: o que acontece quando o psicodrama encontra uma organização política revolucionária? A experiência do GEEVisGe permite responder que esse encontro não dissolve o psicodrama em militância, nem reduz a formação política à mera transmissão de conteúdos. Ao contrário, tornou possível construir um dispositivo grupal em que gênero, sexualidade, sofrimento social e saúde mental passaram a ser trabalhados como problemas coletivos, por meio de métodos de ação, codireção e elaboração compartilhada.

A contribuição do relato não reside em oferecer um modelo de grupo replicável, mas em tornar analisáveis algumas operações metodológicas produzidas no interior da experiência. Nesse percurso, o artigo propôs compreender o GEEVisGe como um dispositivo psicodramático transfuncional, formulou os eixos temáticos como cenas analisadoras da própria prática, mobilizou a noção de vínculos insurgentes como operador de leitura da aposta grupal e apresentou a ideia de revoluções mínimas para nomear possibilidades de deslocamento abertas pela elaboração coletiva.

As limitações do relato decorrem do próprio estatuto metodológico adotado. A análise recaiu sobre as escolhas, os manejos e o processamento da codireção, e não sobre as experiências individuais das pessoas participantes. Por isso, o texto não permite inferir transformações subjetivas, mudanças comportamentais ou efeitos homogêneos do grupo, e sim apenas discutir as possibilidades analíticas abertas pela própria prática.

Em um contexto em que o sofrimento tende a ser privatizado e interpretado como falha individual, as experiências grupais não eliminam as condições sociais que o produzem. Podem, contudo, criar condições para que ele seja reinscrito em relações, normas, instituições e histórias compartilhadas. É nesse sentido que o encontro entre psicodrama e formação política, tal como experimentado no GEEVisGe, se mostra relevante: não porque ofereça soluções definitivas, mas porque permite construir cenas em que o sofrimento deixa de ser apenas um problema privado para tornar-se objeto de elaboração comum, de produção de vínculo e de imaginação política.

Para o campo psicodramático, o relato sugere que grupos formativos podem constituir espaços legítimos de produção de conhecimento quando sua análise recai sobre as escolhas metodológicas, os manejos e os processos de direção. Ao deslocar a atenção dos resultados atribuídos às pessoas participantes para a elaboração crítica da prática profissional, este trabalho buscou contribuir para ampliar as possibilidades epistemológicas dos relatos de experiência no psicodrama.

CONFLITO DE INTERESSES

Nada a declarar.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

O compartilhamento de dados não se aplica.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Conceitualização: Melo E, Adelino D e Pimenta TJ; **Metodologia:** Melo E, Adelino D e Pimenta TJ; **Investigação:** Melo E, Adelino D e Pimenta TJ; **Escrita – rascunho original:** Melo E, Adelino D e Pimenta TJ; **Escrita – revisão e edição:** Pimenta TJ; **Aprovação final:** Melo E, Adelino D e Pimenta TJ.

FINANCIAMENTO

Não aplicável.

DECLARAÇÃO SOBRE O USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Durante a preparação deste trabalho, as autoras utilizaram o ChatGPT, modelo GPT-5.5 Thinking, em julho de 2026, como ferramenta de apoio redacional, linguístico, tradutório e de organização textual, especialmente para revisão de estilo, expansão e condensação de trechos, adequação às normas editoriais, elaboração e revisão de títulos, resumos e palavras-chave em três idiomas, conferência formal de referências e apoio à tradução técnica entre português, espanhol e inglês. Após o uso da ferramenta, as autoras revisaram, editaram e validaram integralmente o conteúdo, assumindo responsabilidade total e exclusiva pela versão final do manuscrito.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

REFERÊNCIAS

- Brasil (2016). *Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016*. Ministério da Saúde. Recuperado de <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf>
- Cunha, E. L. (2016). A psicanálise e o perigo trans (ou por que psicanalistas têm medo de travestis?). *Periódicus*, 1(5), 7-22. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i5.17172>
- Daltro, M. R., & Faria, A. A. (2019). Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(1), 223-237. <https://doi.org/10.12957/epp.2019.43015>
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. EDUFBA.
- Favero, S. (2020). (Des)epistemologizar a clínica: O reconhecimento de uma ciência guiada pelo pensamento cisgênero. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica*, 5(13), 403-418. <https://doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2020.v5.n13.p403-418>
- Fisher, M. (2009). *Capitalist realism: Is there no alternative?* Zero Books.
- Haguiara-Cervellini, N., Callas, D. G., & Ferreira, S. M. P. (2015). Grupo autogerido: uma estratégia para o desenvolvimento do papel de diretor e de ego-auxiliar. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 23(1), 33-41. Recuperado de <https://revbraspsicodrama.org.br/rbp/article/view/295>
- Haraway, D. (1988). Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, 14(3), 575-599. <https://doi.org/10.2307/3178066>
- Malaquias, M. C. (2025). Kizomba psicodramática: Experiências de aquilombamento. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 33, e2625. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v33.720>
- Moreno, J. L. (2018). *Who shall survive? A new approach to the problem of human interrelations*. Forgotten Books.

- Nery, M. P. (2021). Psicodrama e métodos de ação *on-line*: Teorias e práticas. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 29(2), 107-116. https://doi.org/10.15329/2318-0498.00442_PT
- Perazzo, S. (2012). Psicodrama grupal. In M. P. Nery & M. I. G. Conceição (Eds.), *Intervenções grupais: O psicodrama e seus métodos* (pp. 73-93). Ágora.
- Pimenta, T.J. (2026). Escenas clínicas cuir y dirección psicodramática sucia. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 34, e1526. https://doi.org/10.1590/psicodrama.v34.791_esp
- Ribeiro, D. F. (2023). A decolonialidade na pesquisa e prática psicodramáticas: Pela superação de epistemicídios históricos. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 31, e0323. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v31.596>
- Ribeiro, D. de F. (2024). Uma floresta de árvores anciãs: Sonho-ação sobre psicoterapia de grupo psicodramática. In L. de S. Z. Vomero, D. de F. Ribeiro, M. A. S. Rodrigues, P. C. de Oliveira, & L. F. D. Vieira, *Que mundo queremos? Eu, você, nós!* (pp. 41-82). Federação Brasileira de Psicodrama. <https://febrap.org.br/wp-content/uploads/2024/11/e-book-completo.pdf>
- Saúde Mental Camarada (Sameca) (2026). *Portal*. Sameca. Recuperado de <https://sameca.org/>
- Sousa, C. G., Colling, L., & Casteleira, R. P. (2024). Provocações iniciais para pensar o pós-*queer*/cuir no Brasil da atualidade. *Conceição/Conception*, 13, e024005. <https://doi.org/10.20396/conce.v13i00.8677692>
- Vidal, G. P., & Castro, A. (2021). Transmitindo conexões: A construção do vínculo psicoterápico no psicodrama bipessoal *on-line*. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 29(2), 127-137. <https://doi.org/10.15329/2318-0498.21877>
- Vieira, É. D. (2017). O psicodrama e a pós-modernidade: Espontaneidade como via de resistência aos poderes vigentes. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 25(1), 59-67. <https://doi.org/10.15329/2318-0498.20170007>
- Vomero, L. S. Z., & Malaquias, M. C. (2025). Desobediência neoliberal: Um relato de fracasso. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 33, e1325. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v33.682>
- Vomero, L. S. Z., & Nery, M. P. (2024). Escola da anarquia: Psicodrama e letramento LGBTQIA+ e racial. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 32, e0824. <https://doi.org/10.1590/psicodrama.v32.660>
- Zakabi, D. (2014). Clínica LGBT: Contribuições do psicodrama para superação do estigma e da discriminação. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 22(2), 6-14. Recuperado de <https://revbraspsicodrama.org.br/rbp/article/view/385>